

Estupro Genocida: Como a Tática de Guerra Marcou a Sociedade Ruandesa

*Maria Eduarda Jark Treis
Pâmela Samara Vicente Morais¹*

Resumo: O presente artigo objetiva analisar a utilização do estupro como arma de guerra nos conflitos, tendo como foco o genocídio em Ruanda. Para tal, traçar-se-á um panorama da violação sexual de mulheres durante enfrentamentos bélicos, as construções sociais que explicam a eficácia da tática, assim como a evolução do Direito Internacional perante o assunto. Após, realizar-se-á um estudo de caso sobre o genocídio ruandês, a utilização do estupro durante o conflito e as consequências de tal estratégia, as quais as autoras concluem ainda serem percebidas na sociedade ruandesa.

Palavras-chave: estupro como arma de guerra; violência sexual; genocídio de Ruanda; violência de gênero.

¹ Graduandas da Universidade Federal de Santa Catarina.

1 Introdução

O Sistema Internacional, um arranjo de Estados que é caracterizado pela falta de uma liderança internacional, ou seja, pela anarquia internacional, faz com que, muitas vezes, os Estados recorram a guerras que buscam modificar o *status quo* vigente. Entretanto, enfrentamentos intranacionais vêm se tornando mais comuns: tratam-se das guerras civis. O fato de essas disputas serem internas não faz com que elas sejam menos violentas ou que não utilizem de estratégias particularmente horrendas e devastadoras.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo tecer uma análise histórica e crítica de uma das práticas bélicas amplamente condenadas pela Comunidade Internacional: a utilização do estupro como arma de guerra, assim como um estudo de caso do genocídio de Ruanda. Para melhor compreensão do assunto, o estudo foi dividido em três partes principais. A primeira parte diz respeito ao conceito de estupro como arma de guerra e discorre sobre o panorama histórico de seu uso, a lógica que leva os combatentes a se utilizarem da prática, assim como os marcos de Direito Internacional em relação ao assunto. A segunda parte foca no Genocídio de Ruanda – um dos principais exemplos do uso sistemático de estupro como estratégia contra o inimigo, ocorrido no ano de 1994 –, na qual se faz um panorama histórico do conflito para, no terceiro momento, analisar as consequências da utilização de tal tática na sociedade ruandesa.

2 Estupro como Arma de Guerra

A prática do estupro como arma de guerra não é característica apenas dos confrontos contemporâneos. Como exemplos expressivos e recentes do uso da violência sexual como estratégia de guerra, pode-se citar os casos de limpeza étnica na antiga Iugoslávia (1992) e o genocídio em Ruanda (1994).

O fato de, por longas décadas, a mulher ter sido considerada uma propriedade, um “bem” a ser possuído por seus pais e posteriormente por seus maridos, ajuda a compreender o porquê de o abuso sexual ser uma prática comum. Ao interpretá-las como posse masculina, essas mulheres transformavam-se em alvos, sendo o estupro muitas vezes um meio para atingir os homens a quem a “propriedade” pertencia.

Ainda no sentido da objetificação feminina, não era raro que essas mulheres fossem também consideradas espólios de guerra, ou seja, “troféus” designados aos grupos vitoriosos. Para Mullins (2009), ao desumanizar as mulheres ao ponto de considerá-las propriedade, o abuso e violação daquelas consideradas como menos que humanas são legitimados.

O fato de tais práticas estarem presentes nas sociedades por tanto tempo tem como consequência a sua naturalização, tal qual pode ser vista nas diversas representações dos períodos de guerra, pela literatura, pintura ou outras demonstrações artísticas. Segundo Pereira e Cavalcanti (2015), a questão do estupro tornou-se tão enraizada nos conflitos que acabou transformando-se em um dos elementos característicos de tais períodos de crise – uma consequência inevitável de enfrentamentos bélicos.

Além de entender que o estupro está presente em conflitos há séculos, é necessário perceber o motivo de esse ainda ser um método eficiente e utilizado em larga escala, a despeito dos esforços humanitários realizados. Porém, antes que se compreenda a implicação do termo “estupro como arma de guerra”, deve-se assimilar que esses abusos podem ter diferentes motivações. Masengesho Kamuzinzi (2017) destaca que três tipos de estupro podem ocorrer em meio a guerras. A primeira classificação diz respeito às violações cometidas de forma oportunista, as quais são perpetuadas por civis, que tiram proveito da situação calamitosa em que a sociedade está mergulhada para cometer abusos sem enfrentar risco de punição. O segundo tipo de estupro seria os de motivação política, perpetuados por civis a partir da disseminação de uma propaganda de ódio. Essa forma de violação tem como vítimas aquelas que não são tidas como uma de nós. Já o terceiro tipo engloba o estupro em massa como arma de guerra – tal perspectiva faz referência ao abuso sexual como uma das muitas estratégias usadas para destruir determinada comunidade. Kamuzinzi (2017) aponta que essa tática é caracterizada “pelo caráter seletivo dos estupros, pela motivação política por trás das atrocidades infligidas às mulheres e pela antecipação dos efeitos de tais crimes” (p. 80 e 81, tradução nossa).

Diferenciar as motivações que levam aos estupros é importante para evitar que todo abuso realizado durante conflitos caia na classificação de “estupro como arma de guerra”. Em relação a isso, Moraes e Coimbra (2015) questionam

a suficiência de tal classificação jurídica para compreender a complexidade da ocorrência de estupros durante confrontos. As autoras ressaltam a importância de “que o Direito Internacional adeque sua linguagem para abranger outras nuances da violência sexual em tempos de guerra” e salientam que “não se trata de abandonar a caracterização de estupro como arma de guerra, mas sim de compreender que tal fórmula não é a panaceia para explicar um fenômeno complexo” (MORAES; COIMBRA, 2015, p. 365).

A fim de compreender os efeitos deixados pelo estupro em massa das populações, é necessário descobrir por que tal estratégia se mostra tão eficaz e, para isso, é essencial entender o conceito de “estupro genocida”, o qual está intrinsecamente associado à definição de “estupro como arma de guerra”. Mullins (2009) define estupro genocida como uma “tática militar de terror e genocídio sistematicamente organizada” (p. 18, tradução nossa), a qual é utilizada para amedrontar e humilhar mulheres e homens de determinada população, diminuir e privar as mulheres de sua identidade, assim como criar uma geração de crianças nascidas do estupro que são consideradas “eticamente impuras”. Adiante, tais consequências serão mais profundamente analisadas, tendo como foco de estudo o genocídio em Ruanda.

Contudo, deve-se compreender que o que maximiza infinitamente as consequências do estupro são as construções sociais sobre gênero. Pode-se entender gênero como “as características e comportamentos socialmente atribuídos às supostas realidades corporais ou ‘sexos biológicos’ de homens e mulheres. Através do processo de socialização, indivíduos aprendem a desempenhar papéis de gênero e atribuir significado a eles” (MORAES; COIMBRA, 2015, p. 360). Tal socialização estabelece posições desiguais, nas quais os homens são superiores às mulheres, e, assim, dá lugar às relações pautadas sobre violência de gênero (SAFFIOTI, 2001). Essa violência, segundo Granja e Medrado (2009), tende a ser permitida e justificada por costumes sociais. Destarte, a imposição de determinados papéis a mulheres e homens acarreta na instituição de sociedades machistas e patriarcais que legitimam práticas abusivas.

A mencionada lógica é também válida em sociedades em conflito, nas quais a violência de gênero por vezes se transforma em estupro como arma de guerra. Moraes e Coimbra (2015) defendem que a efetividade da estratégia do estupro

é parcialmente pautada nos estereótipos de gênero, ao ponto que enquanto às mulheres é imposta uma feminilidade que remete aos conceitos de paz, virgindade e fragilidade, aos homens e à masculinidade cabe o papel de defensor e perpetuador de violência. Para as autoras, “o estupro ‘feminiliza’ os rivais por demonstrar que eles foram protetores ineficazes” (MORAES; COIMBRA, 2015, p. 361). Para salientar esse ponto de vista, destaca-se o trecho adiante:

E porque a mulher está inserida em um contexto que sofre construções de gênero que atribuem a ela um dever-ser pautado na castidade e na sua suposta vulnerabilidade, cria-se uma zona de segurança ao redor do corpo e de suas ações, transformando-a em uma pré-vítima (FREUD, 1996).

Assim, os estupros estratégicos têm o objetivo de atacar não só a vítima, no caso, a mulher, mas, por intermédio dela, atingir a estrutura social na qual ela está inserida, dissolvendo sua comunidade por intermédio da violência sexual [...] (PEREIRA, CAVALCANTI, 2015, p. 11)

Pereira e Cavalcanti (2015) constatam que, apesar de ser uma prática ainda utilizada em diversos conflitos armados, deve-se reconhecer que a forma com que a Sociedade Internacional define e entende o uso do estupro em tempos de guerra tem evoluído. A violação das mulheres durante episódios bélicos deixou de ser vista como uma consequência natural do enfrentamento de forças e passou a ser considerada – quando utilizada de forma sistemática – como uma estratégia militar. O conceito “estupro como arma de guerra” veio à tona após o conflito na Bósnia, porém, o reconhecimento de tal termo ocorre apenas com a criação do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (1993), a partir do qual torna-se interesse internacional estudar e analisar retroativamente conflitos passados, incluindo-se a averiguação da presença e do caráter do estupro em tais embates. Juntamente à criação do mencionado tribunal, a Organização das Nações Unidas passa a despender maiores esforços na investigação de denúncias envolvendo violência sexual e o papel das mulheres na sociedade.

Com o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia reconhece-se, então, a prática do estupro como arma de guerra sendo um crime contra a humanidade e, um ano depois, com o Tribunal Penal Internacional para Ruanda, é reconhecido também como ato de genocídio (HON, 2002). Apesar de tais tribunais terem significado grandes avanços teóricos, na prática os julgamentos

apresentaram diversas falhas devido ao contexto de caos em que tais acontecimentos se deram e a falta de provas necessárias para ajuizá-los. Segundo Buss (2009), para que estupro seja considerado crime contra a humanidade, é necessária evidência de que tais violações foram parte de um ataque geral e sistemático contra determinado grupo popular, por razões políticas, étnicas, nacionalistas, religiosas ou raciais. Já a classificação de estupro como genocídio exige que a prática tenha sido realizada com objetivos de destruir certa comunidade, parcial ou completamente. Nos dois casos, estupro constitui um crime contra a coletividade, pois – apesar de a violação ser realizada contra uma vítima individual – o ato isolado é direcionado contra todo o grupo ao qual a vítima pertence (BUSS, 2009).

Uma problemática apontada também pelas autoras Rebecca Cook e Simone Cusack na obra *“Gender Stereotyping: Transnational Legal Perspectives”* é a de que tais Tribunais e Cortes internacionais contribuem para a perpetuação dos estereótipos de gênero. Em uma entrevista com Debora Diniz para a Revista Ponto de Vista, Rebecca Cook menciona o caso Algodoeiro no México e a importância da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos que considerou o Estado do México responsável, sob a Convenção Americana de Direitos Humanos e a Convenção sobre a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra as Mulheres (a Convenção do Belém do Pará), pela falha da polícia em investigar os desaparecimentos e assassinatos de três mulheres imigrantes pobres, duas das quais eram menores de idade para tal questão, segundo a autora (DINIZ, 2011). Segundo a autora

A decisão é importante por uma série de razões. Para começar, foi a primeira vez que a Corte considerou as obrigações positivas do Estado de responder à violência contra mulheres por atores privados. A Corte analisou os assassinatos dessas três mulheres no contexto da violência massiva contra mulheres e da discriminação estrutural, e entendeu que a violência baseada em gênero constitui discriminação de gênero. (DINIZ, 2011)

Cook ainda coloca que a Corte explicou que “a criação e o uso de estereótipos se torna uma das causas e consequências da violência contra mulheres baseada em gênero”.

Nas seguintes partes deste artigo foram compiladas informações que visam esclarecer a utilização do estupro como estratégia de guerra nos embates ocorridos em Ruanda, durante 1994.

3 Panorama Histórico do Conflito em Ruanda

Antes de entrar no mérito da utilização do estupro no genocídio ruandês e das profundas consequências que essa tática causou e causa naquela sociedade, deve-se desconstruir a mentalidade de que as atrocidades de 1994 tiveram motivações puramente étnicas. É necessário destruir o imaginário que se tem de povos africanos atrasados e bárbaros, que guerreiam entre si por serem incapazes de ações civilizadas, e adotar uma visão crítica dos conhecimentos produzidos sobre a história de outros locais. Em relação a isso, Kabengele Munanga (2004) diz que

[...] um olhar jornalístico ocidental e etnológico colonial, acostumou-nos à seguinte explicação, fundamentada num cenário de três atos: no início, havia uma África pré-colonial, despedaçada pelas guerras tribais incessantes; em seguida, veio a Missão Civilizadora, por meio das potências coloniais que conseguiram, com muito trabalho e dedicação, construir o progresso e apaziguar as tribos selvagens; no último ato vem a África pós-independência que, por uma espécie de atavismo hereditário, retorna, após a saída do colonizador, ao velho tempo pré-colonial. (p. 20)

Assim, muitos estudos sobre o genocídio colocam Ruanda no terceiro cenário apontado por Munanga. Entretanto, como Cristina Fusinato (2014) aponta em seu estudo, “[a] ideia de que ser um Bahutu impede, por si só, a convivência com alguém do grupo Batutsi, é simplista e equivocada porque atribui a diferenças culturais – e portanto, étnicas – a causa do conflito” (2014, p. 20). A autora ainda destaca que “[a]s disputas entre diferentes etnias são disputas pelo poder, disputas políticas” e ter essa ciência é indispensável para que se disponha de uma interpretação mais fidedigna do desenrolar do genocídio ruandês (FUSINATO, 2014, p. 20).

Cabe destacar que muito da instabilidade política na África é herança da intervenção colonial perpetuada por séculos, a qual ainda se mantém atuando de outras formas (MUNANGA, 2004). Ruanda – designada na Conferência de Berlim de 1884 à Alemanha, que perdeu o domínio sobre o território para o Reino da Bélgica como punição após a I Guerra Mundial – não ficou imune às

intervenções coloniais. Para fins deste trabalho é importante destacar estudos que médicos e cientistas europeus desenvolviam com os nativos africanos durante o período colonial. Em relação a tais experimentos, Gourevitch (2006) aponta que

[...] trouxeram balanças, fitas métricas e compassos e saíram pesando ruandeses, medindo sua capacidade craniana e realizando análises comparativas da protuberância relativa de seus narizes. Claro que os cientistas encontraram aquilo em que haviam acreditado o tempo todo. Os tutsis tinham dimensões “mais nobres”, mais “naturalmente” aristocráticas que as dos “rústicos” e “brutos” hutus. No “índice nasal”, por exemplo, o nariz médio tutsi era dois milímetros e meio mais longo e quase cinco milímetros mais fino do que o nariz hutu médio (apud FUSINATO, 2014, p. 25).

Por “dimensões mais nobres” faz-se referência às características “caucasóides” dos Tutsis, o que os tornariam superiores ao restante da população ruandesa. Tais pesquisas apontaram que “85% da população pertencia à etnia Bahutu, 14% Batutsi e apenas 1% seriam considerados Twa” (GOUREVITCH, 2006 apud FUSINATO, 2014, p. 25). Essa classificação causou um grande impacto na realidade de Ruanda, já que, “as autoridades belgas distribuíam carteiras de identidade com a especificação do grupo étnico a que pertencia cada cidadão. Essa burocracia tinha fins meramente administrativos, mas colaborou para que a divisão social se tornasse bastante rígida com o passar do tempo.” (FAGANELLO, 2013, p. 129). Segundo a autora, até 1959, a elite tutsi dominou política e economicamente e durante o período de transição da independência iniciado naquele ano, os ruandeses hutus, já cansados de serem subjulgados, levaram a cabo a “revolução social” e tomaram o poder. Tal iniciativa levou milhares de tutsis a buscarem refúgio nos países vizinhos, principalmente em Uganda (FAGANELLO, 2013).

A situação piorou após a independência de Ruanda, em 1962. Com os Hutus no poder, um sentimento revanchista contra os Tutsis surgiu. Assim, em 1973, o General Hutu Juvénal Habyarimana encabeçou um golpe de Estado, derrubando o presidente eleito em 1960. Sobre o cenário político da época, Teresa Nogueira Pinto (2012) destaca que o Estado manteve-se forte e controlador, cultivando – até 1994 – uma cultura de obediência por parte dos cidadãos e de impunidade, assim não apenas permitindo como incentivando “as perseguições e massacres pontuais contra a minoria Tutsi” (PINTO, 2012, p. 8).

Segundo Priscila Liane Fett Faganello (2013) foi neste governo que as práticas de discriminação se institucionalizaram, por meio de uma política que pregava “equilíbrio étnico e regional”. A autora menciona que

Na prática, a vida política e social em Ruanda sujeitava-se a quotas estabelecidas de acordo com “proporções étnicas” que determinavam os postos e os recursos disponíveis a cada grupo étnico. A relativa estabilidade do governo do General Habyarimana manteve-se até a década de 1990, quando ele declarou que o país passaria por um processo de democratização. Em outubro de 1990, o exército tutsi, Rwandese Patriotic Front (RPF), baseado em Uganda, lançou uma ofensiva além da fronteira que dividia os dois países. (FAGANELLO, 2013)

O contexto se tornou mais crítico com a baixa do preço do café e do chá, as principais *commodities* ruandesas. Para compensar o rombo nas receitas, o presidente Habyarimana passou a desviar verbas de projetos de ajuda internacional vindas de países estrangeiros e, em 1989, havia pressão financeira dos Estados do Sistema Internacional para uma reestruturação econômica do Estado. Entretanto, o não cumprimento das exigências por parte do governo ruandês levou ao corte da oferta de crédito dos organismos internacionais, ação que levou o governo a elevar os impostos (FUSINATO, 2014). Às pressões vindas do exterior, somaram-se o aumento das hostilidades domésticas de Hutus contra Tutsis, e também contra Hutus opositores do governo – pioradas pela desconfiança que o presidente começou a enfrentar do próprio partido. A crise econômica que pairava sobre o Estado era a responsável por um grande número de jovens desempregados, sendo que Hutus muitas vezes acabavam integrando milícias organizadas pelo próprio governo, recebendo recursos para a sobrevivência em troca de treinamento militar (FUSINATO, 2014). Em meio ao cenário já instável, um acontecimento foi essencial para a explosão da violência:

O presidente Habyarimana se utilizava das tensões entre militantes extremistas para postergar sua saída do governo e o Conselho de Segurança da ONU anunciou que as atividades da UNAMIR só teriam autorização para serem iniciadas se os conflitos no território ruandês fossem amenizados. Diante do não cumprimento das ordens do CSNU, os Estados-membros europeus anunciaram um boicote financeiro a Ruanda, fato que obrigou o presidente Habyarimana a viajar para um encontro com o presidente da Tanzânia, com a finalidade de discutir a respeito da instabilidade regional e dos acontecimentos em solo ruandês (SILVA, 2003). Mas o retorno a

Ruanda nunca aconteceu. Na noite do dia 06 de abril de 1994 os ruandeses começaram a ser informados de que o avião que trazia Habyarimana fora atingido por dois mísseis enquanto retornava a Ruanda (MENDONÇA, 2013). (FUSINATO, 2014, p. 33)

Então, Hutus extremistas passaram a responsabilizar a UNAMIR e a oposição pela queda do avião. Junto a isso, a Rádio e Televisão Livre de Mil Colinas (*Radio Télévision Libre des Mille Collines - RTLM*) disseminava uma propaganda de ódio e convocava os Hutus a se voltarem contra os Tutsis. Assim, “diante de um contexto marcado por tensões, o ódio coletivo encontrou bases para ganhar proporções fora de controle” (FUSINATO, 2014, p. 33). Uma das milícias das quais jovens Hutus desempregados participavam, a *Interahamwe*, passou a invadir casas e perseguir Tutsis que “deviam” ser assassinados. Um trecho do trabalho de Fusinato reúne informações essenciais sobre esse período:

Para Teresa Nogueira Pinto, “a mobilização para o genocídio assentou em três pilares: a força coercitiva do Estado, o aparelho administrativo e a propaganda.” (PINTO, 2012, p. 10) O genocídio “não foi o resultado de um Estado débil ou falhado, mas sim de um Estado forte e extremamente bem organizado em termos administrativos” (PINTO, 2012, p. 10). Paralelamente a isto, os meios de comunicação representaram um fator primordial àqueles que organizavam os ataques. Como cerca de 60% da população não sabia ler e escrever, o método mais utilizado durante as ofensivas foi o rádio (PINTO, 2012).

Mas, a influência dos fatores acima provavelmente não provocaria, por si só, a onda de assassinatos cometidos por inúmeros civis. Ruanda é conhecida pela presença forte de uma cultura de obediência. (FUSINATO, 2014, p. 35)

Fusinato (2014) ainda conclui que o passado colonialista é, provavelmente, o principal fator que levou a escalada de hostilidades até o genocídio. A crise econômica também deve ser destacada, pois a pobreza – que atingia aproximadamente 90% da população – fazia com que muitos jovens recorressem às milícias, que representavam a única alternativa para uma melhor condição de vida. Aliando as dificuldades financeiras ao sentimento de ódio que se espalhou pelo grupo Hutu, perseguir e eliminar os Tutsis poderia “simbolizar uma reforma territorial, beneficiando aqueles que se apropriavam dos terrenos desocupados” (FUSINATO, 2014, p. 36).

É a partir desse cenário que o genocídio ruandês escalou em proporção até ser considerado como o mais rápido e mais avassalador genocídio de que se tem registro, no qual foram mortos – em um período de 100 dias – entre 800.000 a 1.000.000 de homens, mulheres e crianças Tutsis e Hutus moderados (HRW, 1996). Também se estima que milhares de mulheres foram estupradas – número que varia entre 250 e 500 mil vítimas (MULLINS, 2009, p. 16). A *Pro-femmes Twese Hamwe*, uma organização de mulheres ruandeses, estima que 90% das Tutsis sobreviventes do genocídio foram estupradas (MUKAMANA; COLLINS, 2006, p. 141, tradução nossa). Na seguinte parte do artigo, tratar-se-á especificamente sobre o estupro como arma de guerra em Ruanda, foco principal deste estudo.

4 O Estupro Genocida em Ruanda

Quanto aos abusos sexuais cometidos durante o genocídio, Mullins destaca que tal acontecimento “vai além do cenário individual de homens satisfazendo seus desejos sexuais imediatos em uma demonstração forçada de hipermasculinidade. Nestes casos, estupro tem sido usado como uma arma de terror e para a eliminação de uma população”, o que ele chama de “estupro genocida” (2009, p. 17, tradução nossa). O autor também destaca o caráter espetaculoso das violações que eram realizadas em massa e visavam humilhar não só as mulheres, mas toda sua comunidade, considerando que

Mulheres estão no centro das reproduções familiares e culturais e se tornam alvos estratégicos quando o objetivo é erradicar um povo. Quando o estupro é cometido em grande escala, o funcionamento social da família e da comunidade são afetados exponencialmente, enfraquecendo a capacidade das pessoas de resistir. É esta habilidade de destruir uma comunidade que torna a prática uma arma de guerra tão poderosa (MADRE, 2004). O estupro e os atos de violência contra mulheres não são geralmente reconhecidos e em muitos conflitos vários soldados viam o estupro como benefícios marginais da guerra (Eaton, 2000). Também é visto como parte da limpeza étnica. (Diken & Laustsen, 2005). (MUKAMANA; BRYSIWICZ, 2008, p. 379, tradução nossa)

É possível compreender o motivo dos homens sentirem-se humilhados pelo estupro das mulheres de sua comunidade quando a questão de gênero, já abordada neste artigo, é considerada. Afinal, ao verem suas filhas e esposas sendo

violadas, homens Tutsis eram “emasculados” por não poderem socorrê-las. Tendo ciência disso, líderes Hutus encorajavam o estupro como uma maneira de instaurar o pânico e assassinar as populações tidas como inimigas. Tal encorajamento podia tomar diferentes formas, como ordens diretas ou indiretas, e até mesmo com os comandantes liderando estupros coletivos, sendo o primeiro violador (MULLINS, 2009).

O trabalho de Mullins (2009) aqui usado como bibliografia traz uma série de testemunhos perturbadores sobre a violência que tomou conta do território ruandês em 1994. Uma das declarações reforça as características e significados, acima citados, que o estupro carregava:

Testemunho dado por uma mulher Hutu residente de Taba durante o julgamento de Akayesu estabelece a natureza comando-centrada da violência sexual em tal comunidade. As testemunhas descreveram ver uma estudante secundária ser obrigada a se despir e “fazer ginástica” na frente de uma multidão de Interhawe. O objetivo do comportamento era a humilhação da garota, assim como de sua comunidade em geral. Nudez pública é visto como vergonhoso e humilhante pela cultura Ruandesa. Ao fazer uma adolescente parar nua em frente a eles, os homens da milícia estavam aplicando seu poder ao mostrar seu total desprezo por suas vítimas. Depois de assistir a garota por um tempo, Akayesu dispersou a reunião e os redirecionou para um trabalho mais amplo (matar), mas ao fazer isso disse aos homens presente “Tenham certeza de que dormiram com esta garota.” A estudante então foi levada entre duas casas e estuprada pela gangue. (MULLINS, 2009, p. 23, tradução nossa)

Cabe aqui outro trecho que reforça o caráter estratégico do estupro realizados pelos integrantes das milícias Hutus, que se difere em motivação de outros tipos de estupro – como as violações “de oportunidade”, já mencionadas neste artigo:

Como as mulheres testemunharam, a violência que viveram não era simplesmente uma forma de liberar pressão — a violência sexual era uma ferramenta essencial para o genocídio. Esses eventos não eram nem espontâneos ou dispersos, mas sistemáticos. Eles serviam para manter a população Tutsi em terror e serviam como uma constante lembrança do estado totalmente rebaixado que os Tutsi agora ocupavam. (MULLINS, 2009, p. 26, tradução nossa)

Outro fator que estimulava os estupros era a crença de que mulheres Tutsis seriam sexualmente superiores, ou em outras palavras, “mais doces” do que as Hutus (MUKAMANA; BRYŚIEWICZ, 2008). Tal ideia era perpetuada pelas questões culturais que não permitiam que mulheres Tutsis se casassem com homens Hutus. Dessa forma, as milícias se utilizavam do estupro “como uma forma de vingança contra mulheres que eles não tinham acesso no passado. Dessa forma, esse também era um ato de vingança contra a comunidade por inteiro” (MUKAMANA; BRYŚIEWICZ, 2008, p. 381, tradução nossa).

Como mencionado na primeira parte deste artigo, a eficácia do estupro como arma de guerra não está pautada somente nos efeitos que tal tática produz durante o conflito, mas é amplificada pelo fato de ter suas consequências estendidas por muito tempo após os embates. Mukamana (2006 e 2008) investigou quais foram, e ainda são, tais impactos em Ruanda, tendo compilado os principais deles. O primeiro a geralmente ser lembrado refere-se às consequências físicas do estupro, como insistentes dores nas costas e ferimentos ginecológicos de gravidade variada. As implicações psicológicas também se destacam, as quais surgiam não apenas após a violação em si, mas mesmo antes. Sobreviventes relataram que era aterrorizante ser caçada, sabendo que se fossem encontradas seriam estupradas e/ou assassinadas (MUKAMANA, COLLINS, 2006). Tais consequências se encaixam naquelas que a autora define como “de curto prazo”.

Entretanto, são os efeitos “de longo prazo” que fazem de Ruanda um caso tão especial em meio a outros conflitos, onde o estupro como arma de guerra foi utilizado. Essa especificidade é devida aos costumes ruandeses, pautados em uma cultura extremamente patriarcal e patrilinear² (SILVA, 2011). Nas comunidades ruandesas, a linha que separa uma “menina” de uma “mulher” é a virgindade, ideia atrelada ao casamento. A menina, virgem, “pertence” à comunidade de seu pai e, ao casar e passar a ter uma vida sexual, torna-se mulher e passa a “pertencer” à comunidade de seu marido. O fato de, por qualquer razão, essa transição de menina para mulher não acontecer conforme os costumes, constitui um motivo

2 Tanto tutsis quanto hutus organizam-se de forma “patriarcal e patrilinear” (SILVA, 2011, p. 100). Assim, propriedades e identidades étnicas são transmitidas aos homens, ou seja, de pais para filhos. Em tais sociedades, cabe às mulheres o papel de inferiores e de propriedade de algum homem de sua família – pai, irmão ou marido –, assim não tendo direitos políticos ou econômicos (SILVA, 2011).

de vergonha não apenas para mulher em questão, mas para toda sua família e comunidade (MUKAMANA; BRYSEWICZ, 2008).

A partir de tais especificidades culturais, Mukamana identifica as consequências “de longo prazo” causadas pelo estupro. A primeira que se destaca refere-se ao isolamento social das vítimas, já que elas são muitas vezes culpadas e humilhadas por supostamente terem se prostituído ao aceitar manter uma relação sexual com qualquer homem que assim desejasse durante o genocídio. Outra consequência intrinsecamente ligada ao modo que as comunidades ruandesas enxergam as vítimas de estupro é a questão da “perda de identidade”. Afinal, como explicado anteriormente, a virgindade carrega um significado especial em Ruanda, definindo se uma jovem é menina ou mulher (MUKAMANA; BRYSEWICZ, 2008).

As questões identitária e social mencionadas são muito bem representadas pela escritora ruandesa Scholastique Mukasonga em uma passagem de seu livro “A Mulher dos Pés Descalços” (2017), que narra situações e sentimentos vividos por uma família comum durante o genocídio:

E os estupros. Ninguém queria falar sobre esse assunto. Ninguém podia falar sobre esse assunto. Não existia nenhuma brecha nos costumes que permitisse enfrentar essa catástrofe que perturbava as famílias. Antigamente, em Ruanda, se uma moça engravidasse antes do casamento, escondiam-na [...]. Não era tanto uma reprovação moral que recaía sobre a infeliz, mas um medo de que a transgressão das regras que garantiam o bom andamento da sociedade pudesse lançar sobre a família, e toda a comunidade, uma série de calamidades que atingiriam tanto a fertilidade das plantações quanto a fecundidade das mulheres e das vacas [...].

Mas o que fazer com esses costumes quando suas filhas são vítimas dos jovens do partido único que aprenderam que o estupro de moças tutsis é um ato revolucionário, um direito adquirido pelo povo majoritário? Quem suportará o peso esmagador da desgraça que, em vão, se tenta esconder: a menina-mãe, que se torna uma maldição viva, de quem todos querem fugir e que afunda na solidão do desespero? A família que fica remoendo o remorso de não ter podido proteger os seus e que se vê posta de lado, por prudência, por todo o vilarejo? E quais desgraças trará esse filho, filho nascido de tanto ódio? (MUKASONGA, 2017, p. 149 e 150)

Mukasonga (2017) também relata a história de Viviane, uma moça que fora estuprada pelos jovens do partido único e engravidara. Como era um exemplo

de bom comportamento na comunidade, a moça acabou sendo acolhida pelas famílias, mas a questão da identidade não passa despercebida:

Apesar de Viviane ter sido integrada ao grupo de mulheres honradas, seu estatuto ficou um pouco indeciso. Ela não era mais uma mocinha e não usava mais os *amasunzus*; também não era uma mulher casada: consideravam-na como viúva e só um viúvo poderia casar com ela. (MUKASONGA, 2017, p. 153)

A questão do casamento também foi duramente afetada pelas violações perpetuadas durante o genocídio. Muitas das vítimas que eram casadas relataram mudanças nas relações com seus maridos, já que não eram mais capazes de se comunicar tão bem com os parceiros. Tal dificuldade era também consequência dos tabus culturais sobre confessar ao marido que um estupro acontecera. Afinal, o estupro é considerado uma desonra tanto para a mulher quanto para seu marido (MUKAMANA; COLLINS, 2006). Além disso, várias vítimas não conseguiam manter relações sexuais com seus esposos sem associar o ato à violação que haviam sofrido. Quanto às jovens solteiras, o estupro representa uma perda de esperança para o futuro, como classificaram Mukamana e Brysiewicz (2008). O fato de tais moças não serem mais virgens significava que elas não eram boas candidatas a esposas, o que representa um aspecto muito importante da vida das mulheres em Ruanda.

Outra consequência que não pode passar despercebida é o altíssimo nível de infecção de HIV por conta dos estupros. Sharlach (1999, p. 396) aponta para evidências de que, em Ruanda, homens HIV positivo estupraram mulheres de modo a transmitir a doença propositalmente. De acordo com a UNICEF, cerca de 70% das sobreviventes de estupro durante o genocídio são portadoras do vírus HIV (MUKANGENDO, 2007). Como muitas das mulheres infectadas moravam em comunidades pobres, elas não tinham nem o dinheiro e nem a informação necessários para uma consulta médica e/ou para conseguir remédios para o tratamento.

Além dos efeitos já mencionados, a gravidez indesejada por conta do estupro também é algo que abalou a sociedade ruandesa. O número estimado de crianças nascidas durante o genocídio por conta de “impregnação forçada” ultrapassa 10.000, segundo grupos de apoio às vítimas (WAX, 2004). Muitas das mulheres grávidas foram renegadas por suas famílias e comunidades, diversas morreram ao

abortarem ilegalmente e várias outras abandonaram as crianças recém-nascidas por não poderem lidar com a constante lembrança do estupro. Em relação a isso, Mukangendo (2007) reforça que

Estigmatização de mães e de crianças nascidas do estupro é uma dura realidade de várias sobreviventes. Nas normas culturais e crenças de Ruanda, estupro e outros tipos de violência baseadas em gênero carregam grande estigma social e mulheres que tenham sido vítimas de tais são normalmente marginalizadas por seus próprios familiares e comunidades. Por causa disso, mulheres não se atrevem a revelar suas experiências em público. Sobreviventes de estupro no geral não são reconhecidas como vítimas, e as atitudes adotadas em relação a elas são de hostilidade e abandono. Na maioria dos casos elas são consideradas marginais por sua própria comunidade e muitas vezes são acusadas de cooperar com o “inimigo” e serem “esposas dos Interhamwe [sic]” (McKinley, 1996) ou da milícia Hutu.

As consequências do estupro são agravadas pelo fato de que Ruanda é uma sociedade patriarcal, na medida em que as crianças são normalmente identificadas pela linhagem de seus pais. Isso significa que uma grande parte da sociedade percebe crianças nascidas do estupro durante períodos de guerra como pertencentes ao grupo inimigo. (p. 71, tradução nossa)

Quanto às mulheres que escolheram criar seus filhos, muitas o fizeram sozinhas, por não serem bem vistas em suas comunidades. Entretanto, como mencionado, várias sobreviventes dos estupros contraíram HIV, o que tornou ainda mais difícil a tarefa de criar uma criança. Mukamana e Brysiewicz (2008) ressaltam que a iminência da morte para mães infectadas com HIV/AIDS era terrível quando elas pensavam sobre a vida que aguardava seus filhos.

Após entender um pouco melhor sobre as referidas consequências do estupro durante o genocídio, compreende-se como a sociedade ruandesa foi desestruturada desde suas bases pelo conflito, o qual projeta suas sombras até hoje. Afinal, as chamadas “crianças do ódio” têm entre 23 e 24 anos, muitas das quais cresceram em um ambiente hostil, já que os membros das comunidades tendiam a vê-las como um lembrete dos dias de genocídio (GOODWIN, 1997). Além disso, não há um número exato sobre quantos bebês acabaram contraindo HIV durante os partos realizados sem os devidos cuidados (MUKANGENDO, 2007). Sobre essas questões, a autora ainda escreve que

Ampla pobreza e severo limite de recursos agravam a situação, o que faz com que mulheres se tornem incapazes de prover a seus filhos seguranças básicas. Crianças que vivem com pais cronicamente doentes enfrentam diversas dificuldades que podem ser prejudiciais para seu bem estar: aumento da pobreza, maior responsabilidade pelas tarefas domésticas, menos cuidado parental, etc. Estas crianças sofrem profundamente quando seus pais ficam doentes e morrem, e eles são psicologicamente traumatizados pela doença de suas mães, comumente tendo que lidar com a vergonha e o estigma social. Com a mãe incapaz de trabalhar e as despesas gastas no seu cuidado, os filhos são forçados a assumir o papel do adulto da família. A pressão de cuidar de seus pais e irmãos e tentar ganhar renda pode levar a criança a deixar a escola, mesmo enquanto seus pais estão vivos. (MUKANGENDO, 2007, p. 77, tradução nossa)

Apesar de essas questões impactarem profundamente a geração ruandesa que agora constitui a parcela jovem do país, poucas são ações de reparação por parte do Estado. A organização *African Rights* aponta que as políticas públicas, assim como os programas de ajuda internacional, não alocam recursos de forma a lidar com os problemas enfrentados pelas mulheres ruandesas que sobreviveram ao estupro genocida (MUKAMANA; BRYSIIEWICZ, 2008). Tal negligência está intimamente ligada ao fato de o estupro ser um tabu extremo na sociedade, fazendo muitas mulheres se calarem em relação às violências sofridas e, de certa forma, permitindo essa ausência de reparo por parte do Estado. Reforça-se que a questão não é uma falta de reconhecimento do governo sobre os horrores do genocídio, o ponto é a omissão de atenção dada às mulheres vítimas de estupro. Enquanto rituais de luto foram realizados em honra aos mortos no conflito – fato que serviu para amparar os sobreviventes –, nenhuma cerimônia foi realizada para as vítimas de estupro. A falta de reconhecimento do sofrimento de tais mulheres perpetua a marginalização e o abandono das mesmas (MUKAMANA; BRYSIIEWICZ, 2008).

Em meio a esse cenário de desamparo, Mukamana e Brysiewicz (2008) destacam os grupos de apoio às sobreviventes do genocídio. Com a falha do Estado em confortar a população e a destruição da rede de suporte que a comunidade e a família constituíam, grupos iniciados pelos próprios cidadãos e cidadãs são de extrema importância. No que diz respeito às sobreviventes de estupro, uma organização social recebe destaque nos trabalhos de Mukamana – trata-se da AVEGA (sigla francesa para “Associação das Viúvas do Genocídio”). Tal grupo permitiu

que as sobreviventes recriassem uma comunidade a qual elas pertenciam e que servisse como substituta dos familiares perdidos durante o conflito. As mulheres-membros da AVEGA recebem diversas formas de assistência, as quais incluem ajuda financeira e jurídica, além de treinamentos técnicos para ajudá-las a conseguir empregos. A AVEGA também disponibiliza os remédios utilizados no tratamento de HIV de forma gratuita às mulheres e organiza grupos e consultas de forma a ajudar as sobreviventes a lidarem com os diversos traumas originados do genocídio (MUKAMANA; BRYSEWICZ, 2008).

Quanto ao apoio psicológico, Mukamana e Collins (2006) destacam que o conhecimento internacional sobre como lidar com as sequelas do estupro usado em guerras ainda é muito limitado – principalmente em relação a conflitos ocorridos no Oriente. Os autores ressaltam que, apesar de existirem avanços no entendimento da questão de violência sexual, tais descobertas ainda mantêm-se restritas a estudos realizados no Ocidente, majoritariamente sobre conflitos acontecidos nos últimos 35 anos (MUKAMANA; COLLINS, 2006). Assim, enfrenta-se um grave problema ao tentar aplicar tratamentos psicológicos desenvolvidos em tais contextos às vítimas de conflitos no Oriente: as diferenças sócio-econômicas e culturais entre os povos. Enquanto os estudos realizados em sociedades ocidentais acontecem em meio a certa estabilidade social e econômica – o que permite acesso a serviços básicos – e também contam com uma rede de apoio às vítimas composta por amigos e familiares – já que os tabus enfrentados pelas vítimas são menores, apesar de ainda existentes –, os autores destacam que essa não é a realidade de sociedades não-ocidentais recém-devastadas por conflitos (MUKAMANA; COLLINS, 2006). O trecho a seguir reforça essa visão:

Esses entendimentos dominantes da violência sexual começam a enfraquecer quando lidamos com períodos de guerra, onde comunidades, ao invés de indivíduos, são atacadas e a estrutura social é diretamente ameaçada. Aqui o estupro tende a ser uma parte de múltiplas formas simultâneas de violência, incluindo assassinato em massa, destruição de propriedade e perturbação dos meios essenciais de vida como abrigo, alimento, água e recursos médicos. Além disso, a família e a comunidade que poderiam prover suporte em tempos de crise podem estar danificadas e sobrecarregadas pelas diversas crises acontecendo.

As abordagens ocidentais são ainda mais fracas quando aplicadas em países em desenvolvimento onde recursos básicos e serviços sociais podem ser severamente escassos e os meios materiais para a vida não podem ser garantidos. Maiores diferenças podem existir em culturas específicas como os meios de violência sexual, modos de enfrentar e lidar com crises traumáticas e práticas de cura convencionais. Tudo isso cria um contexto muito diferente do assumido pelos métodos psicoterapeutas ocidentais. É precisamente aqui que uma maior investigação é necessária. (MUKAMANA; COLLINS, 2006, p. 141 a 143, tradução nossa)

Tal visão crítica é essencial para que seja disponibilizada uma ajuda eficaz às sobreviventes – a qual deve ser provida principalmente pelo Estado, um dos culpados pela invisibilidade das mulheres vítimas de estupro. É importante saber que apenas ao reconhecer as diferenças e especificidades dos acontecimentos em Ruanda será possível alocar devidamente os recursos para auxiliar vítimas do genocídio. Tal processo não pode envolver somente as mulheres que sofreram com estupro, mas toda a comunidade, para que assim seja iniciado um processo de desconstrução dos tabus que cercam a violência sexual em Ruanda. Afinal, são principalmente os estigmas atrelados ao estupro que fazem com que as consequências dessa violação sejam amplificadas e perpetuadas durante a vida das mulheres que sobreviveram a tais atrocidades, como bem destacou Mukasonga (2017) em seu livro:

Nem toda a água [tida como capaz de purificar tudo] seria suficiente para limpar os rumores que corriam dizendo que essas mulheres eram portadoras da morte e fazendo com que todos as rejeitassem. Contudo, foi nelas próprias e nos filhos nascidos do estupro que essas mulheres encontraram uma fonte viva de coragem e a força para sobreviver e desafiar o projeto dos seus assassinos. A Ruanda de hoje é o país das Mães-coragem. (p. 153 e 154)

5 Conclusões

Por meio das informações reunidas, destacam-se profundas cicatrizes deixadas nas sociedades pela utilização do estupro como arma de guerra. Tais cicatrizes vão além das consequências físicas e envolvem marcas psicológicas e a própria reestruturação social dos locais afetados.

Deve-se reconhecer os avanços do Direito Internacional ao lidar com a questão do estupro usado como estratégia em conflitos. Entretanto, é preciso atentar para que nem todos os abusos sexuais cometidos em contextos de guerra sejam

classificados como tal. É necessário analisar os casos mais especificamente para que seja oferecido um suporte adequado às vítimas de estupro. Reforça-se ainda o problema do emprego da psicologia ocidental para lidar com vítimas violadas em contextos de guerra, onde o tecido social tende a estar destruído.

Por fim, traz-se o exemplo da AVEGA para reforçar a necessidade de uma rede de suporte às mulheres que sofreram violações sexuais, pois muitas vezes essas são abandonadas pela própria família e comunidade. Assim, é essencial que o Estado em questão e a Comunidade Internacional não se eximam da responsabilidade de dar o apoio necessário a essas cidadãs e forneçam o mínimo para que seja possível buscar uma reestruturação social.

Genocidal Rape: how the war tactic marked the Rwandan society

Abstract: The following article aims at an analysis of the use of rape as a war weapon on conflicts, focusing on the Rwandan genocide. To do so, a panorama is drawn on the sexual violation of women during armed conflicts, the social constructions that help to make the tactic so useful, and also the evolution of International Law related to the subject. Afterwards, a case study will be performed on the Rwandan genocide, the use of rape during the conflict and the consequences of this strategy, which the authors conclude are still present at the Rwandan society.

Keywords: rape as a war weapon; sexual violence; Rwandan genocide; gender violence.

Referências

BUSS, Doris. Rethinking 'Rape as a Weapon of War'. *Feminist Legal Studies*, Londres, v. 17, n. , p.145-163, abr. 2009. Triannual.

DINIZ, Debora. Estereótipos de gênero nas cortes internacionais um desafio à igualdade: entrevista com Rebecca Cook. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 451462, Aug. 2011.

ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - UFS, 24., 2015, Florianópolis. *ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA NO DIREITO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DO CONFLITO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO*. Florianópolis: 2015. 25 p. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/phc1kv31/n3gxux2ub2hd8oy2.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. *Operações de Manutenção da Paz da ONU*. Brasília: Funag, 2013. 372 p.

FUSINATO, Cristina Prachthäuser. *Entre o local e o global: avanços e desafios do modelo de justiça de transição aplicado em Ruanda no pós-genocídio*. 2014. 140 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GRANJA, Edna; MEDRADO, Benedito. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 25-34, Apr. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000100004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 13 Dec. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000100004>.

GOODWIN, Jan. Rwanda: JUSTICE DENIED. *On The Issues*, Nova Iorque, fev. 1997. Trimestral. Disponível em: <<https://www.ontheissuesmagazine.com/1997fall/f97rwanda.php>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

HON, Richard J. Goldstone. Prosecuting Rape as a War Crime. *Journal Of International Law*. Cleveland, p. 277-285. 2002.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). *SHATTERED LIVES: Sexual Violence during the Rwandan Genocide and its Aftermath*. S.i: S.i., 1996. 73 p. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/1996_Rwanda_%20Shattered%20Lives.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.

KAMUZINZI, Masengesho. Understanding the innermost nature of genocidal rape: A community-based approach. *Rwanda Journal*, [s.l.], v. 4, n. 1, p.62-87, 28

nov. 2017. African Journals Online (AJOL). <http://dx.doi.org/10.4314/rj.v4i1.4b>. Disponível em: <<https://www.ajol.info/index.php/rj/article/view/163304>>. Acesso em: 29 maio 2018.

MUKAMANA, Donatilla; COLLINS, Anthony. Rape survivors of the Rwandan genocide. *Critical Psychology*, p.140-166.

MUKAMANA, Donatilla; BRYSEWICZ, Petra. The Lived Experience of Genocide Rape Survivors in Rwanda. *Journal Of Nursing Scholarship*, v. 4, n. 40, p. 379-384, set. 2008.

MUKASONGA, Scholastique. *A Mulher de Pés Descalços*. São Paulo: Nós, 2017.

MULLINS, Christopher W.. “He Would Kill Me With His Penis”: Genocidal Rape in Rwanda as a State Crime. *Critical Criminology*. Springer Netherlands, p. 15-33. mar. 2009.

MUNANGA, Kabengele. Etnicidade, violência e direitos humanos em África. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). *Relações raciais e educação: a produção de saberes e práticas pedagógicas*. Niterói: EDUFF, 2001.

PEREIRA, Haula Hamad Timeni Freire Pascoal; CAVALCANTI, Sabrinna Correia Medeiros. A prática do estupro de mulheres como estratégia de guerra sob o viés do direito internacional. *Revista Tema*, v. 24/25, n. 16, p.4-20, 2015.

PINTO, Teresa Nogueira. Poder e Sobrevivência: Modelos de Justiça no Ruanda pós Genocídio. *Contactos*, v. 1, n. 2, p. 3, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, (16), 115-136, 2001.

SHARLACH, Lisa. Gender and genocide in Rwanda: Women as agents and objects of Genocide. *Journal Of Genocide Research*, Brisbane, v. , n. , p.387-399, 1999. Disponível em: <http://www.genocidearchiverwanda.org.rw/index.php/Women_as_agents_and_objects_of_Genocide>. Acesso em: 13 dez. 2018.

SILVA, Vera. As mulheres no conflito armado do Ruanda. *Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n. 24, p. 93-104, 2011. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602011000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 dez. 2018.

WAX, Emily. Rwandans Are Struggling To Love Children of Hate. *Washington Post*. Washington, mar. 2004. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2004/03/28/rwandans-are-struggling-to-love-children-of-hate/dd942c7b-9287-42cc-8763-bd0675c0b73f/?utm_term=.923e37833ac1>. Acesso em: 13 dez. 2018.